



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL OPHIR LOYOLA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2019

PROCESSO Nº 2019/93055

EDITAL

O Hospital Ophir Loyola – HOL, UASG 925450, torna público, para conhecimento dos interessados, que, por meio de seu Pregoeiro(a), designado (a) pela Portaria nº 086/2019 de 26/02/2019, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 07/03/2019, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, MENOR VALOR POR ITEM**, na data, horário e local indicados abaixo, nos termos do presente Edital e seus Anexos, em estrita conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal 7.892/13; Decreto Federal 3.555/00; Decreto Federal 5.450/05; Lei Complementar 123/06; Instrução Normativa 02/08; Lei Estadual 5.416/87; Lei Estadual 6.474/02, regulamentada pelo Decreto Estadual 199/03; Decreto Estadual 2.069/06, alterado pelo Decreto Estadual 967/00; Decreto Estadual 1.093/04, alterado pelo Decreto nº 646/13 e pelo Decreto Estadual nº 1.173/08; Decreto Estadual 877/08; Instrução Normativa 018/08-SEFA; Decreto Estadual nº 878/08, Decreto Estadual nº 1887/2017; e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, Lei nº 8.078 de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, ainda, em conformidade com a autorização constante nos autos do processo nº 50577/2011, observando as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Encaminhamento da proposta de preços: a partir da publicação do D.O.E. no sítio: www.comprasnet.gov.br

I. Abertura da sessão (das propostas): às 09hrs do dia 02/09/2019. (Horário de Brasília)

II. Endereço eletrônico para Sessão Pública: www.comprasnet.gov.br ;

III. Endereço Eletrônico para retirada do Edital: www.comprasnet.gov.br ;

1- OBJETO:

1.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em locação de veículos, com seguro total, por um período de 12 meses**, conforme constar anexo I deste Termo.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

2.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que desempenhem atividade compatível com o objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam ou efetuem em tempo hábil o cadastro e habilitação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no **COMPRASNET**.

2.2 - Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

2.3 - **As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento junto a qualquer Unidade Cadastradora dos Órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior a data do recebimento das propostas.**

2.4 - Não será admitida nesta licitação a participação de:

- a) Empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.
- b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação (art. 87, IV da Lei n. 8.666/93)
- c) Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado do Pará, durante o prazo da sanção aplicada (ar. 7º da Lei n. 10.520/02);
- d) Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o HOL, durante o prazo da sanção aplicada (art. 87, III da Lei 8.666/93);
- e) Empresa que se encontre em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação.
- f) Empresa que tenha em seu quadro servidor público ou dirigente desta Instituição.
- g) Cooperativas.

Comissão Permanente de Licitação – CPL

Av. Magalhães Barata nº 992 - Bairro: São Braz - Belém-Pá - CEP: 66060-281 Fone: (91) 3265-6639 / 3265-6568

[E-mail: cplhol03@com](mailto:cplhol03@com)



- h) Empresas estrangeiras que não funcionem no país.
- i) Empresa em processo de falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial;

2.5 - O licitante vencedor, quando se tratar de pessoa jurídica, deverá apresentar, por ocasião da contratação, declaração relativa ao disposto no §6º do art. 28 da Constituição do Estado do Pará, adotando um dos dois modelos constantes no Anexo II, de acordo com o número de empregados que possui.

3- REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - O credenciamento do licitante dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, site www.comprasnet.gov.br. O credenciamento deverá ser efetuado no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data de realização do presente Pregão.

3.2 - O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4 - O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Hospital Ophir Loyola, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 - Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão informar, por ocasião do credenciamento, que detêm tal condição, segundo previsão do art. 11 do Decreto nº 6.204/2007, para que possam gozar dos benefícios outorgados pela Lei Complementar n. 123/06.

3.5.1 - A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no item **17** deste Edital.

4 - ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos referentes ao ato convocatório ao Pregoeiro (a) em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO**, através do endereço cplhol03@gmail.com, cabendo ao Pregoeiro (a) decidir sobre o questionamento no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.1 - Os questionamentos respondidos estarão, sempre que possível, disponíveis no portal www.comprasnet.gov.br, para ciência de todos os interessados.

4.2 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para realização da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO**, o ato convocatório deste PREGÃO, através do endereço: cplhol03@gmail.com;

4.2.2 - Caberá ao Pregoeiro(a) decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas).

4.2.3- Caso seja acolhida a impugnação ao Edital, este será republicado na forma da lei e designada nova data para a realização do certame.

5 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A participação no Pregão dar-se-á exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, a partir da publicação do Edital no D.O.E., exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.2 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

5.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 - Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o



pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.5 - A Proposta de Preços deverá conter:

- a) Prazo de validade, não inferior a 180 (cento e oitenta) dias
- b) Especificação clara e detalhada do objeto, de acordo com o Anexo I deste Edital;
- c) Valor por item, expresso, numericamente e por extenso, em moeda corrente nacional;
- d) **O preço do item não poderá ser superior ao valor estimado para o objeto licitado, constante nos autos do processo licitatório, nos termos do inciso X do art. 40 da Lei n. 8.666/93.**
- e) Prazo para prestação do serviço será de acordo com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo – I).
- f) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;
- g) Prazo de garantia igual ou superior a **90 (noventa) dias**, contados da data do término do serviço, exceto para aqueles que possuam prazo de validade mais curto por razões técnicas comprovadas.

5.6 - Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, endereço eletrônico número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento;

5.7 - Apresentar TODAS as documentações exigidas no Termo de Referência no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação da licitante.

5.8 - Todos os preços deverão ser expressos em Real (R\$), com 02 (duas) casas decimais.

5.9- Não serão admitidas propostas que contenham exigência de faturamento mínimo.

5.10 - As propostas poderão ser enviadas, substituídas ou excluídas até o momento da abertura da sessão pública, quando estará encerrada, automaticamente, a fase de recebimento das propostas.

5.11- Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.12- Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL –, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada.

5.13. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita prestação dos serviços contratados será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimos após a abertura da proposta.

5.14- Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste Edital.

5.15 - A apresentação da(s) proposta(s) implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.16 - O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

5.17 - Após aberta a sessão pública, não caberá desistência da proposta apresentada.

5.18 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou apresentem defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

5.19 - No caso de divergência entre as Especificações dos Itens Contidas no Sistema SIASG e neste Edital, prevalecerão estas;

6 - ABERTURA DA SESSÃO

6.1 - A partir das 09 horas do dia 02/09/2019 terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº. 097/2019, com a abertura e julgamento das Propostas de Preços recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste Edital e seus Anexos.

6.2 - Todos os licitantes deverão fazer a descrição minuciosa do objeto oferecido (p. ex. marca, modelo) em conformidade ao exigido no edital e seus anexos, no campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, ora “Descrição Complementar”, sob pena



de ter sua proposta desclassificada, conforme aviso publicado no site do Comprasnet em 08/10/2008. Na oportunidade, ressalta-se que a simples descrição "Conforme o edital" não suprirá esta exigência.

6.3 - Incumbirá aos Licitantes o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão e a responsabilidade pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

6.4 - Os Licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

6.5 - Será desclassificada a proposta que:

a) Não atenda aos termos deste **EDITAL e seus anexos**.

b) **Apresente preço em desacordo com o disposto no item 5.5, alínea d;**

c) Contenha preços incompatíveis com os praticados no mercado, com os custos estimados para a execução do objeto desta Licitação e com as disponibilidades orçamentárias do HOL.

d) Constatada a existência de proposta(s) manifestamente inexecutável(eis), esta(s) será(ão) desclassificada(s) pelo (a) Pregoeiro (a), com a consequente exclusão do(s) respectivo(s) LICITANTE(s) da etapa de lances.

e) Serão considerados inexecutáveis aqueles preços cuja viabilidade não tenha sido demonstrada pelo LICITANTE.

7 - FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 - Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2 - O valor do lance deverá corresponder ao **MENOR VALOR POR ITEM**, em moeda nacional com duas casas decimais, sendo considerado vencedor aquele que ofertar o menor preço, atendidas as exigências deste Edital e seus anexos.

7.3 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e decrescentes, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3.1 - O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, objetivando uma melhor posição na ordem decrescente de classificação dos lances. Assim, caso o primeiro venha a ser inabilitado será chamado o licitante na imediata ordem de classificação dos lances (2º melhor lance).

7.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.4.1 - Lances considerados inexecutáveis serão excluídos do sistema pelo (a) Pregoeiro (a), que alertará os licitantes quanto à necessidade de cumprimento das obrigações previstas no Edital e seus Anexos e a possibilidade de aplicação de sanções administrativas.

7.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6 - No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.6.1 - O Pregoeiro (a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro (a) aos participantes.

7.7 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8 - Alternativamente ao disposto no subitem **8.7** deste Edital, o encerramento da sessão pública poderá ser efetuado por decisão do Pregoeiro (a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 minutos determinados aleatoriamente pelo próprio sistema, findo o qual será encerrada a recepção de lance.

7.9 - Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a



contratação.

8 - JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. O (A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

8.2 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e exigências definidas neste Edital, devendo o Pregoeiro decidir motivadamente sobre aceitação dos preços obtidos.

8.3 - Se a proposta ou lance, de menor valor não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas **subsequentes**, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

8.3.1 - Ocorrendo a situação a que se refere este subitem, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço, não se admitindo, porém, negociar condições diferentes das previstas no Edital e seus Anexos.

8.4 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidades previstas na legislação pertinente.

8.5 - No julgamento das propostas, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do (a) Pregoeiro (a), por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet ou via e-mail cplhol03@gmail.com, em arquivo único, a proposta de preço adequada ao último lance.

9.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a).

9.3. Os originais ou cópias autenticadas, deverão ser encaminhados após o encerramento da Sessão Pública, no prazo de 03 (três) dias, a sala onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede do Hospital Ophir Loyola, situada na Av. Magalhães Barata, nº 992, Bairro de São Braz – Belém-Pa, CEP: 66.062-240.

9.4. O licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta condição, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.5. O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

9.6. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do HOL para orientar sua decisão.

9.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.8. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10 - HABILITAÇÃO:

10.1 - Encerrada a etapa de aceitação das propostas, o detentor da melhor oferta terá sua habilitação confirmada imediatamente no SICAF através da internet (on-line).

10.1.1 - Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no subitem 11.1, o Pregoeiro assinalará prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária através do



e-mail: cplhol03@gmail.com.

10.1.2. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

10.2 - O detentor da melhor oferta regularmente aceita deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas através do e-mail: cplhol03@gmail.com , as seguintes documentações de habilitação:

- a) Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, quando a qualificação econômica registrada no SICAF estiver com seu prazo de validade expirado.
- f) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, nos termos do modelo constante do Anexo II deste Edital, assim como declarar ocorrências supervenientes, assinadas por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o nº. da identidade do declarante.
- g) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, nos termos do modelo constante do Anexo II deste Edital.
- h) Declaração autorizando o HOL para investigações complementares que se fizerem necessárias nos termos do modelo constante do Anexo II deste Edital.
- i) Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados, nos termos do modelo constante do Anexo II deste Edital.
- j) Cópia do RG e CPF do representante legal bem como Cópia do Contrato ou Estatuto Social consolidado e/ou suas alterações posteriores, de modo a verificar se o objeto social do Licitante é compatível com o objeto da licitação.
- k) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtido no sítio eletrônico www.tst.jus.br/certidao.**

l) Documentação referente à qualificação técnica: atestado de capacidade técnica mediante a comprovação de fornecimento de material, serviço e/ou equipamento pertinente e compatível com o objetivo ora licitado por intermédio de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.2.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.2.2. Os originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados a sala onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede do Hospital Ophir Loyola, situada na Av. Magalhães Barata, nº 992, São Braz – Belém-Pa.

10.3 – Sendo a licitante a matriz e a futura execução do contrato atribuída à filial, deve ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista de ambas.

10.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.1 - Na hipótese acima descrita, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

10.4.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte vencedora à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 29 do Decreto Estadual nº 2.069/2006, combinado com o art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme o edital, ou revogar a licitação.

10.5 - Em se tratando de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e caso ela venha a ser contemplada com os benefícios



da Lei Complementar nº 123/2006, deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos:

10.5.1.- Empresas OPTANTES pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei 123/2006:

I - Comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>;

II - Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos dos §§ 4º e 9º do Artigo 3º da LC 123/06, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III.

10.6.2 - Empresas NÃO OPTANTES pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei 123/06:

I - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

II - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos dos §§ 4º e 9º do Artigo 3º da LC 123/06, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo III.

10.7 - O licitante vencedor, após o encerramento da Sessão Pública, deverá encaminhar ao HOL, no prazo de 05 (cinco) dias, os originais da documentação de habilitação, bem como o original da proposta, devidamente assinada pelo Representante Legal, com os valores correspondentes ao lance final ofertado, observadas as exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

10.8 - Será considerado vencedor o licitante que apresentou **o menor valor por item**, e estiver regularmente habilitado.

11 - RECURSOS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, no momento indicado pelo Pregoeiro (a).

11.1.1- Constatada pelo Pregoeiro (a) a admissibilidade da intenção do recurso, será concedido ao recorrente o **prazo de 03 (três) dias**, para apresentar as razões de recurso, **EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA COMPRASNET**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões em igual prazo**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.1.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, no prazo fixado pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos do caput, importará a decadência desse direito, ficando o (a) Pregoeiro (a) autorizado (a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2 - A decisão do Pregoeiro (a) deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

11.3 - O recurso contra decisão do Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

11.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

11.5 - A sessão pública do pregão só será concluída depois de declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecer conectados ao sistema até o final desta etapa.

11.6 - Após o julgamento dos recursos e das contrarrazões, e constatada a regularidade dos atos praticados, será adjudicado o objeto do certame ao licitante declarado vencedor, estando o resultado final da Licitação sujeito à homologação pela Autoridade Superior competente, que irá analisar a conveniência e oportunidade da contratação e a legalidade dos atos praticados.

12- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro (a) sempre que não houver recurso.

12.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à proponente vencedora pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - A licitante vencedora será convocada para assinatura de Contrato com o HOL no prazo de, no máximo, 02 (dois) dias úteis, contados da convocação feita pelo HOL para a formalização do ajuste.

13.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo fixado no subitem anterior caracteriza o



descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções legais cabíveis.

13.3– Na hipótese de a empresa vencedora ter seu registro cancelado ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições deste Edital. Nessa hipótese, a Administração deverá negociar com o fornecedor convocado quanto ao preço ofertado, visando manter as condições mais vantajosas.

13.4 – Por ocasião da assinatura do contrato, o licitante vencedor, quando se tratar de pessoa jurídica, deverá apresentar declaração relativa ao disposto no §6º do art. 28 da Constituição do Estado do Pará, adotando um dos dois modelos constantes no Anexo II, de acordo com o número de empregados que possui.

14 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1 – Os licitantes estarão obrigados a fornecer quantitativos superiores ou inferiores àqueles contratados, em função do direito de acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

15 – DO REAJUSTE:

15.1 - Em caso de prorrogação do presente contrato, o valor acordado neste CONTRATO poderá ser reajustado consoante com as disposições legais vigentes, segundo a variação do IGP-M (Índice Geral de Preço de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será creditado em favor da empresa fornecedora por meio de ordem bancária em conta do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/ fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito em conformidade com o art. 2º do Decreto Estadual nº 877, de 31.03.2008, após a aceitação dos materiais.

16.2 - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao SICAF com resultado favorável.

16.3 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o HOL, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

16.4 - Para efeito de pagamento, o HOL procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

16.5- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.6 - O Hospital Ophir Loyola se reserva no direito de recusar a efetivação do pagamento se, no ato da atestação da prestação dos serviços, este estiver em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste Edital Convocatório e na Autorização de Fornecimento.(serviços)

16.7 - O Hospital Ophir Loyola poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

16.7.1- O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

16.8- É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

17 – PENALIDADES

No caso da licitante deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas no certame licitatório ou usar de má fé, ficará sujeita as penalidades abaixo discriminadas, assegurado seu direito ao contraditório e a ampla defesa.

17.1. ADVERTÊNCIA

17.1.2. A Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão e não traga sérios prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão.



17.2 **MULTA**

17.2.1 De até 1% sobre o valor total da nota de empenho a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

17.2.2 De até 0,1% ao dia, sobre o valor total da nota de empenho, nos casos de atraso injustificado de até 05 (cinco) dias, nos prazos de retirada/aceite da nota de empenho e de prestação de serviço .

17.2.3 De até 0,2% ao dia até o limite máximo de 5%, sobre o valor total da nota de empenho, nos casos de atraso injustificado acima de 05 (cinco) dias até 30 (trinta) dias, nos prazos de retirada/aceite da nota de empenho e de prestação de serviço.

17.2.3.1 Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento parcial da obrigação, punível também com multa de 10% sobre o valor serviço não prestado, da nota de empenho ou do contrato, a juízo da autoridade superior desta autarquia, considerando a gravidade do descumprimento a as lesões e prejuízos causados a este hospital.

17.2.4 De até 10% sobre o valor da nota de empenho nos casos de:

I. efetivação parcial do serviço;

II. não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;

17.2.5 De até 10% sobre o valor do contrato, sem prejuízo das perdas e danos e lucros cessantes sofridos pelo **CONTRATANTE** nos casos de:

I. deixar de cumprir fielmente as obrigações estabelecidas nas cláusulas do presente contrato;

II. deixar de responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da presente contratação;

III. deixar de responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

IV. deixar de manter no curso do contrato, as condições de habilitação, o que será aferido periodicamente pelo **CONTRATANTE**, nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93;

V. outras hipóteses inexecução parcial.

17.2.6 De até 20% sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das perdas e danos e lucros cessantes sofridos pelo **CONTRATANTE** no caso de recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho.

17.2.7 De até 20% sobre o valor do contrato, sem prejuízo das perdas e danos e lucros cessantes sofridos pelo **CONTRATANTE** nos casos de:

I. recusa injustificada em iniciar a prestação do serviço;

II. não substituição do objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;

III. suspensão da execução do objeto do contrato, quando ainda pendente análise de pedido de revisão de preços.

IV. outras hipóteses de inexecução total.

17.2.8 As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

17.2.9 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

17.2.10 – A contratada será notificada para recolher a importância devida a título de MULTA no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial realizada pelo CONTRATANTE. Não sendo efetuado o pagamento, a importância devida poderá ser descontada dos créditos devidos à CONTRATADA, decorrentes deste ajuste ou de qualquer outro firmado com esta Casa de Saúde. Inexistindo créditos, poderá ser descontada da garantia contratual e, na insuficiência desta, será objeto de cobrança judicial.

17.3. **SUSPENSÃO**

Pelo descumprimento culposos das obrigações assumidas no procedimento licitatório e que interfira no seu bom andamento, bem como nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, não justificada e/ou não aceita pela Administração, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Hospital Ophir Loyola, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

I. Por 6 (seis) meses, nos casos de descumprimento culposos das obrigações assumidas no procedimento licitatório e que



interfira no seu bom andamento;

II. 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial;

III. 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total.

17.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR

Ficará impedida de licitar e de contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I. Não assinar o contrato ou ata de registro de preços;

II. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

III. Apresentar documentação falsa;

IV. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

V. Não manter a proposta;

VI. Falhar ou fraudar na execução do objeto;

VII. Comportar-se de modo inidôneo;

VIII. Fizer declaração falsa;

IX. Cometer fraude fiscal.

17.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

17.5.1. No caso de inexecução do objeto que configure ilícito penal, assim como no caso de o licitante fraudar ou agir de má fé durante o procedimento licitatório, será declarada sua inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro: A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração Pública, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Parágrafo Segundo: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 - Para pagamento das despesas decorrentes do objeto deste Pregão, serão utilizados os seguintes recursos:

I. PTRES nº 8338

II. Natureza de Despesa n.º 339039

III. Fonte de Recurso n.º 0103/0269

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.2 – A inclusão da proposta no Sistema Eletrônico implicará a plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

19.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no HOL.

19.4 – O Hospital Ophir Loyola poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.5 – É facultado ao Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.6 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

19.7 – A homologação do resultado desta licitação não implicará no direito à contratação.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL OPHIR LOYOLA**



19.8 – Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.9 – Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Belém, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.10 - Integram este Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelos de Declarações

ANEXO III - Modelo de Declaração para ME ou EPP

ANEXO IV – Minuta de contrato

**Celso Augusto Moraes Gonçalves
Pregoeiro (a) do HOL
Portaria Nº 086/2019 – DG/GAB/HOL**



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1 – DO OBJETO :

1.1 - Contratação de empresa especializada em locação de veículos tipo sedam, hatch, pick-up, ambulância de simples remoção, a fim de atender a demanda de transportes do HOL, que faz diariamente (24hs) o transporte de servidores e pacientes, conforme especificações neste ANEXO I.

2 – DA JUSTIFICATIVA :

2.1 – Considerando que o HOL não possui frota própria de veículos;

2.2 – Considerando a essencialidade do serviço, visto que é permanente a necessidade de atender às demandas dos serviços de captação de órgãos, agência transfusional, STRS – Serviço de Terapia Renal Substitutiva, Farmácia, Diretorias, entre outros, e ainda, transportar pacientes internados e pacientes em tratamento de hemodiálise, portanto, trata-se de serviço indispensável ao bom funcionamento desta Casa de Saúde, sendo necessária a referida contratação.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
1	Veículo automotor, tipo caminhonete pick-up, cabine dupla , nacional ou importado, 0 km, na cor branca ou prata, dotado de 04 (quatro) portas, com trava elétrica, equipado com ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, motor diesel 2.4 ou superior, tração 4x2, ano/modelo 2019/2019, com protetor de caçamba, capota marítima de lona, caçamba com gancho interno e externo. Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	01 Und
2	Veículo automotor, tipo caminhonete leve, cabine dupla 03(três) portas, FLEX, 0 km, potência do motor: mínima de 84 CV (oitenta e quatro cavalos-vapor); combustível: gasolina / etanol; quantidade de portas: 02 (duas) portas; ano/modelo:2019/2019, cor: branca ou prata; combustível: gasolina / etanol; tanque de combustível: capacidade acima de 50 (cinquenta) litros; transmissão: mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; freios: hidráulico com ação nas quatro rodas, com sistema ABS, dianteiro a disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado: original, instalado pela fábrica; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira para a categoria; direção: com assistência elétrica e/ou hidráulica convencional ou progressiva; alarme sonoro antifurto; vidros elétricos com acionamento nas duas portas, compartimento de carga: caçamba com capacidade mínima de 450 kg; Chapa Protetora de Motor; Ar condicionado: original, instalado pela fábrica e Tapetes; Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	01 Und
3	Veículo de passeio, categoria sedam, quatro portas, fabricação nacional ou importado, ano/modelo 2019/2019, na cor prata, com ar condicionado de fábrica, motor 1.4, FLEX, direção hidráulica ou	04 Unds



	elétrica, trava elétrica, vidros elétricos. Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	
4	Veículo ambulância tipo furgoneta, simples remoção, fabricação nacional ou importada, 0 km, air-Bag para os ocupantes da cabine, Freio com (A.B.S.) nas 4 rodas, com suporte e cilindro para oxigênio de 01m³, ano/modelo 2019/2019, cor branca, cabine e compartimento do paciente com sistema de ar condicionado original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica, para ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador, com capacidade térmica do compartimento traseiro de no mínimo 15.000 BTUs, direção hidráulica ou elétrica, com sinalizador visual em LED de alta potência e sinalizador acústico com 04 (quatro) tons distintos, sistema elétrico original do veículo, com montagem de bateria de no mínimo 60 Ah do tipo sem manutenção, 12 volts, sistema elétrico dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens especificados do veículo e equipamentos quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores, maca retrátil, em duralumínio; c/ no mín 1.800 mm de compr..Provida de sist. de elevação do tronco do paciente de mín 45 graus e suportar peso mín de 100 kg, motor 1.6 a 1.8, FLEX. revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	01 Und

- 3.1. Os valores de danos e avarias decorrentes do uso por parte da contratante deverão ser informadas através de relatório técnico emitido pela contratada e serão cobertas pela pólice do seguro.
- 3.2. Limite máximo de quilômetro rodado por mês será da modalidade de quilometragem livre.
- 3.3. O pagamento do combustível dos veículos locados correrão por conta da administração do HOL, sendo que no ato de devolução ou substituição, será entregue com tanque cheio se assim tiver sido recebido pela contratante.
- 3.4. Os veículos deverão ficar a disposição da contratante 24 h/dia pelo período de vigência do contrato.
- 3.5. A contratada deverá efetuar os pagamentos referentes as multas recebidas dos veículos locados devendo informar a contratante o valor, guia de multa e recibo de pagamento que deverão ser anexados em documento único e entregue ao HOL via protocolo para posterior reembolso.
- 3.6. A contratada deverá substituir o veículos quando solicitado pela contratante em até 24 horas após o recebimento do pedido de troca.
- 3.7. Veículo tipo ambulância deverá dispor apenas de maca para simples remoção.
- 3.8- O IPVA deverá ser de responsabilidade exclusiva da contratada.
- 3.9- O pagamento da franquia para uso da cobertura do seguro será de responsabilidade da contratada. A cobertura do premio do seguro será no valor de mercado, conforme descrito nas cobertura pedidas no item 6.3 deste termo.
- 3.10- Apresentar a contratante, após 30(trinta) dias da assinatura do contrato, a apólice dos seguros do(s) veículo(s) locados

4 – PERÍODO DE EXECUÇÃO

- 4.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto no Inciso II, do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.2 - O veículo deverá ser entregue na Divisão de Serviços Gerais do HOL, sito a Av. Magalhães Barata, 992 – São Braz,



Belém- Pará e serão devolvido na sede ou local indicado pela contratada desde que esteja localizada na região metropolitana de Belém

5 - RESULTADOS ESPERADOS

5.1 - Garantir um transporte seguro e confortável aos pacientes e funcionários do HOL, e ainda, otimizar o serviço de transporte de externo do Hospital, com os veículos solicitados.

6 – CONDIÇÕES GERAIS

Observar detalhadamente as especificações solicitadas.

6.1 - Todo revisado e em perfeitas condições de uso e segurança.

6.2 - Com documentação em dia perante o DETRAN e demais órgãos.

6.3 - Seguro total para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial pagamento de danos (R\$ 30.000,00 danos morais, R\$ 30.000,00 danos materiais e R\$ 70.000,00 danos corporais), morte e invalidez dos passageiros de terceiros e assistência 24 h. Com previsão de utilização dos serviços de guincho e carro reserva.

6.4 – Os valores de franquias para os veículos de pequeno porte serão de R\$ 1.800,00 e os valores de franquias dos veículos de grande porte serão de R\$ 6.000,00.

6.5- Os valores de danos e avarias decorrentes do uso indevido por parte da contratante, deverão ser informadas através de relatório técnico da contratada.

6.6 – Revisão geral, troca de óleo, filtros e outros componentes que se fizerem necessários, devem ser feitas conforme as exigências técnicas do fabricante, sendo agendados junto a contratada. O seguro dos veículos deve ser total.

7 – FUNDAMENTO LEGAL:

7.1- Modalidade de licitação regida pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Estadual nº 5.416/87 (verificação a ser observada pela CPL)

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada obriga-se:

São obrigações da licitante vencedora, além de outros decorrentes da legislação vigente:

8.1 – Os veículos deverão ser entregues de imediato, após assinatura de contrato;

8.2- Cumprir dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento;

8.3- Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos, em consonância com os parâmetros de qualidade ficados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

8.4- Arcar com todas as despesas com impostos, taxas e demais tributos e contribuições sobre o objeto contratual;

8.5- Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;

8.6- Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados no que diz respeito ao serviço por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do contrato que vier a ser firmado;

8.7- Providenciar a mão de obra qualificada e necessária a execução do objeto do contrato, fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização exercidos pelo HOL.

8.8- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais, comerciais e sinistro, transporte, armazenamento e outros resultantes desta execução;

8.9- Cumprir os prazos estabelecidos no Termo de Referência, sob pena de aplicação de multa e demais cominações pelo HOL;

8.10- Apresentar os documentos de regularidade fiscal: Notas Fiscais/Faturas, atestados, declarações e outros documentos que



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL OPHIR LOYOLA



comproven as operações realizadas, o cumprimento de pedidos e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações aqui mencionadas;

8.11- Na possibilidade do não cumprimento de quaisquer das obrigações acima descritas por parte da contratada, esta se sujeitará às sanções administrativas previstas neste instrumento e no contrato;

8.12- Cumprir os prazos previstos no edital, no Termo de Referência e neste Contrato, ou outros fixados pelo HOL;

8.13. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do HOL;

8.14. Executar os objetos licitados em estrita conformidade com as especificações deste instrumento;

8.15. Dentro do prazo de vigência do Contrato, fica a licitante vencedora obrigada a cumprir o quantitativo estipulado neste Contrato;

8.16. Os veículos deverão ser trocados a cada 12 (doze) meses ou conforme necessidades da contratante, obrigatoriamente por veículos 0 (zero) km;

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE:

9.1- Prestar a CONTRATADA todas as informações necessárias ao bom desenvolvimento das atividades do objeto desta licitação;

9.2- Efetuar mensalmente o pagamento dos respectivos serviços;

9.3- Exercer a fiscalização da execução deste contrato através da Divisão de Serviços Gerais, neste ato designado, podendo o mesmo inclusive recomendar a substituição do veículo ao constatar imperfeições que prejudique o desenvolvimento dos serviços.

9.4- Zelar pela conservação dos veículos locados, pois os veículos com avarias decorrentes de mau uso ou negligência do condutor, será de responsabilidade da contratante.

9.5 – O pagamento de franquia de seguro, será de responsabilidade da contratada.

10 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

10.1- Os serviços ora mencionados, serão fiscalizados/ controlados pelo servidor, Chefe da Divisão de Serviços Gerais do Hospital Ophir Loyola;

10.2- A fiscalização ou acompanhamento da execução deste contrato pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitação e contratos administrativos. Tal responsabilidade de estender-se aos casos de danos causados por defeito relativos à prestação de serviços nos estritos do art. 14 da lei 8.078, de 11.9.90 (Código de Defesa do Consumidor).

Atenciosamente,

Leonardo Cordeiro da Cruz
Chefe da Divisão de Serviços Gerais / HOL

HOL - Hospital Ophir Loyola CNPJ: 08.109.444/001-71
Av. Magalhães Barata, 992 – CEP 66063-240
Fone: (91) 3265-6500



ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PERÍODO
1	Veículo automotor, tipo caminhonete pick-up, cabine dupla , nacional ou importado, 0 km, na cor branca ou prata, dotado de 04 (quatro) portas, com trava elétrica, equipado com ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, motor diesel 2.4 ou superior, tração 4x2, ano/modelo 2019/2019, com protetor de caçamba, capota marítima de lona, caçamba com gancho interno e externo. Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	01 Und	12 MESES
2	Veículo automotor, tipo caminhonete leve, cabine dupla 03(três) portas, FLEX, 0 km, potência do motor: mínima de 84 CV (oitenta e quatro cavalos-vapor); combustível: gasolina / etanol; quantidade de portas: 02 (duas) portas; ano/modelo:2019/2019, cor: branca ou prata; combustível: gasolina / etanol; tanque de combustível: capacidade acima de 50 (cinquenta) litros; transmissão: mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; freios: hidráulico com ação nas quatro rodas, com sistema ABS, dianteiro a disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado: original, instalado pela fábrica; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira para a categoria; direção: com assistência elétrica e/ou hidráulica convencional ou progressiva; alarme sonoro antifurto; vidros elétricos com acionamento nas duas portas, compartimento de carga: caçamba com capacidade mínima de 450 kg; Chapa Protetora de Motor; Ar condicionado: original, instalado pela fábrica e Tapetes; Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	01 Und	12 MESES
3	Veículo de passeio, categoria sedam, quatro portas, fabricação nacional ou importado, ano/modelo 2019/2019, na cor prata, com ar condicionado de fábrica, motor 1.4, FLEX, direção hidráulica ou elétrica, trava elétrica, vidros elétricos. Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	04 Unds	12 MESES



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL OPHIR LOYOLA



4	<p>Veículo ambulância tipo furgoneta, simples remoção, fabricação nacional ou importada, 0 km, air-Bag para os ocupantes da cabine, Freio com (A.B.S.) nas 4 rodas, com suporte e cilindro para oxigênio de 01m³, ano/modelo 2019/2019, cor branca, cabine e compartimento do paciente com sistema de ar condicionado original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica, para ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador, com capacidade térmica do compartimento traseiro de no mínimo 15.000 BTUs, direção hidráulica ou elétrica, com sinalizador visual em LED de alta potência e sinalizador acústico com 04 (quatro) tons distintos, sistema elétrico original do veículo, com montagem de bateria de no mínimo 60 Ah do tipo sem manutenção, 12 volts, sistema elétrico dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens especificados do veículo e equipamentos quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores, maca retrátil, em duralumínio; c/ no mín 1.800 mm de compr..Provida de sist. de elevação do tronco do paciente de mín 45 graus e suportar peso mín de 100 kg, motor 1.6 a 1.8, FLEX. revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.</p>	01 Und	12 MESES
---	--	--------	-------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL OPHIR LOYOLA



ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES

—DECLARAÇÃO DE FIDELIDADE E VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins de direito, que aceitamos todas as condições do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº. 000/ 2018, sendo verídicas e fiéis todas as informações e documentos apresentados.

Belém, de de 2019

Nome e número da identidade do declarante

—DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE.

D E C L A R A Ç Ã O

(nome da empresa)_____, CNPJ. nº_____,(endereço completo),_____declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no processo licitatório do PREGÃO ELETRÔNICO nº. 000 / 2018, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Belém, de de 2019

Nome e número da identidade do declarante

—DECLARAÇÃO AUTORIZANDO O HOL PARA INVESTIGAÇÕES COMPLEMENTARES.

D E C L A R A Ç Ã O

(nome da empresa), CNPJ. nº_____,(endereço completo), autoriza, por este instrumento, o Hospital Ophir Loyola a realizar todas as investigações complementares que julgar necessárias a habilitação no processo licitatório do PREGÃO ELETRÔNICO nº.000 / 2018.

Belém, de de 2019.

Nome e número da identidade do declarante

—DECLARAÇÃO FIRMADA PELA LICITANTE, DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

D E C L A R A Ç Ã O

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº. 000 / 2019

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____,e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

—DECLARAÇÃO RELATIVA AO DISPOSTO NO §6º DO ART. 28 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

D E C L A R A Ç Ã O

Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/2019

(nome da empresa)_____, CNPJ nº. ..., por intermédio de seu representante legal, Sr. (ª) ..., portador (a) da Carteira de Identidade nº. ... e do CPF nº. ..., DECLARA, que possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência, atendendo ao disposto no §6º do art. 28 da Constituição do Estado do Pará.

Belém, de de 2019

Nome e número da identidade do declarante

OU

(nome da empresa)_____, CNPJ nº. ..., por intermédio de seu representante legal, Sr. (ª) ..., portador (a) da Carteira de Identidade nº. ... e do CPF nº. ..., DECLARA, que possui um quadro de menos de 20 (vinte) empregados e por isso não cumpre o disposto no §6º do art. 28 da Constituição do Estado do Pará.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL OPHIR LOYOLA



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME OU EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no item 3.5 do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2016 sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

.....

(data)

.....

(representante legal)

OBS. 1) Assinalar com um “X” a condição da empresa.



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000/2019-HOL QUE ENTRE SI CELEBRAM O HOSPITAL OPHIR LOYOLA-HOL E A EMPRESA -----, PARA a Contratação de empresa especializada em locação de veículos, com seguro total, por um período de 12 meses, NAS SEGUINTESS CONDIÇÕES:

O **HOSPITAL OPHIR LOYOLA**, com personalidade jurídica de Direito Público, sito na Av. Magalhães Barata, nº 992, São Braz, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.109.444/0001-71, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. **José Roberto Lobato de Souza**, brasileiro, casado, Médico, portador do CPF nº 000.000.000-00 e RG nº 0000000 - Segup/PA, residente e domiciliado nesta cidade, e a firma -----, com sede na Rua -----, nº 000, Bairro da ----- – Belém –Pa, Cep: 00000-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, neste ato representado na pessoa do seu Gerente Comercial, -----, brasileiro, comerciante, possuidor da CI nº 0000000- SSP/PA – Belém/PA e do CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominados CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente, ajustam o presente Contrato de Fornecimento, que se regerá pelas disposições insertas na Lei 8.666/1993 e alterações e mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I – DA ORIGEM E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente instrumento é decorrente do Pregão Eletrônico nº 097/2019 – Processo nº 2019/83055, homologado em XX/XX/2018, modalidade de licitação regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, da Lei Estadual nº 6.474, de 06.08.2002, do Decreto nº 199, de 09.06.2003 e do Decreto nº 2.069, de 20.02.2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21.06.1993.

CLÁUSULA II- DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Instrumento Contratual a **Contratação de empresa especializada em locação de veículos, com seguro total, por um período de 12 meses.**

CLÁUSULA III - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 – Na execução do contrato deverão ser observadas as especificações contidas no Anexo I deste instrumento, bem como as disposições do Termo de Referência que orientou a contratação.

CLÁUSULA IV - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo serviço o **valor de R\$- _____,___ (-----).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada e acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao SICAF com resultado favorável.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será creditado em favor do Contratado por meio de ordem bancária em conta do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito em conformidade com o art. 2º do Decreto Estadual nº 877, de 31.03.2008, após a execução do serviço;

PARÁGRAFO QUARTO – No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o HOL, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

PARÁGRAFO QUINTO – Para efeito de pagamento, o HOL procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento, bem como os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.



PARÁGRAFO SEXTO – O CONTRATANTE se reserva ao direito de recusar a efetivação do pagamento se, no ato da atestação da prestação do serviço, este estiver em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste Instrumento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Já estão incluídas no preço total todas as despesas necessárias para a perfeita execução do serviço como: frete, impostos, transporte, programação, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos efetuados à CONTRATADA serão feitos, após o atesto da prestação do serviço pelo setor competente, mediante a apresentação da correspondente Nota Fiscal de faturamento e boleto bancário com antecedência mínima de 10 (dez) dias do vencimento, para providências administrativas internas do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO - Na hipótese de solicitação de revisão dos preços ofertados pela CONTRATADA, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do Contrato e documentação correlata (lista de preços da fonte produtora e/ou transportadora, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação, tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso não tenha sido apresentada planilha detalhada de custos por ocasião do certame e da assinatura do CONTRATADO, deverá a CONTRATADA apresentar, no momento da solicitação de revisão de preços, nos termos do parágrafo anterior, duas planilhas detalhadas de formação de preços, a primeira referente ao preço ofertado por ocasião da licitação ou da assinatura do ajuste e a segunda referente ao preço que pretende ver revisado, de modo que reste comprovado que o ajuste, nas condições inicialmente ofertadas, tornou-se inviável.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A eventual autorização da revisão dos **preços** contratuais será concedida, após a análise técnica e jurídica do CONTRATANTE e somente retroagirá para incidir os efeitos financeiros a partir da data do requerimento, ficando vedado a CONTRATADA suspender a prestação do serviço, bem como os pagamentos serão realizados aos preços vigentes, sendo que a diferença deverá ser apurada para posterior pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O CONTRATANTE deverá, quando autorizada a revisão dos preços pactuados, lavrar Termo Aditivo com o preço revisado e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação as prestações de serviços realizados após o desequilíbrio da equação econômica financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Fica facultado ao CONTRATANTE, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão dos **preços** pactuados.

CLÁUSULA V - RECURSOS FINANCEIROS:

As despesas oriundas deste Contrato serão pagas com recursos financeiros que estão livres e não comprometidos conforme abaixo:

Exercício: 2019

Fonte:

Função:

Sub-função:

Programa:

Projeto ou atividade:

Elemento de Despesas:

Valor Global: R\$-

CLÁUSULA VI - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ADITAMENTO:

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses** a partir de **00/00/2019** até **00/00/2020**, podendo sua vigência ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o máximo permitido pela Lei nº 8666/93, mediante Termo Aditivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – No interesse da Administração do HOL, o valor inicial poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto na Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTE:



Em caso de prorrogação da vigência do contrato, e observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, os preços contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, aplicando-se a variação do IGP-M (Índice Geral de Preço de Mercado da Fundação Getúlio Vargas) no período. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do IGP-M como índice de atualização, fica, desde já, eleito o novo índice que oficialmente vier a substituí-lo.

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A contratante obriga-se à:

- 9.1 - Prestar a CONTRATADA todas as informações necessárias ao bom desenvolvimento das atividades do objeto desta licitação;
- 9.2 - Efetuar mensalmente o pagamento dos respectivos serviços;
- 9.3 - Exercer a fiscalização da execução deste contrato através da Divisão de Serviços Gerais, neste ato designado, podendo o mesmo inclusive recomendar a substituição do veículo ao constatar imperfeições que prejudique o desenvolvimento dos serviços.

9.4- Zelar pela conservação dos veículos locados, pois os veículos com avarias decorrentes de mau uso ou negligência do condutor, será de responsabilidade da contratante.

9.5 – O pagamento de franquia de seguro, será de responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA IX DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A contratada obriga-se à:

9.1 – Os veículos deverão ser entregues de imediato, após assinatura de contrato;

- 9.2- Cumprir dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento;
- 9.3- Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos, em consonância com os parâmetros de qualidade ficados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 9.4- Arcar com todas as despesas com impostos, taxas e demais tributos e contribuições sobre o objeto contratual;
- 9.5- Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- 9.6- Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados no que diz respeito ao serviço por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do contrato que vier a ser firmado;
- 9.7- Providenciar a mão de obra qualificada e necessária a execução do objeto do contrato, fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização exercidos pelo HOL.
- 9.8- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais, comerciais e sinistro, transporte, armazenamento e outros resultantes desta execução;
- 9.9- Cumprir os prazos estabelecidos no Termo de Referência, sob pena de aplicação de multa e demais cominações pelo HOL;
- 9.10- Apresentar os documentos de regularidade fiscal: Notas Fiscais/Faturas, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações aqui mencionadas;
- 9.11- Na possibilidade do não cumprimento de quaisquer das obrigações acima descritas por parte da contratada, esta se sujeitará às sanções administrativas previstas neste instrumento e no contrato;
- 9.12- Cumprir os prazos previstos no edital, no Termo de Referência e neste Contrato, ou outros fixados pelo HOL;
- 9.13. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do HOL;
- 9.14. Executar os objetos licitados em estrita conformidade com as especificações deste instrumento;
- 9.15. Dentro do prazo de vigência do Contrato, fica a licitante vencedora obrigada a cumprir o quantitativo estipulado neste



Contrato;

9.16. Os veículos deverão ser trocados a cada 12 (dozes) meses ou conforme necessidades da contratante, obrigatoriamente por veículos 0 (zero) km;

9.17 – Apresentar por ocasião da assinatura do contrato e dos aditivos contratuais a declaração relativa ao disposto no §6º do art. 28 da Constituição do Estado do Pará, adotando um dos dois modelos constantes no Anexo II, de acordo com o número de empregados que possui.

CLÁUSULA X – DOS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL:

Aplica-se ao presente Contrato, no que for cabível, a disposição constante dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993, artigo 7º da Lei nº 10.520, e no artigo 14 do Regulamento da Licitação, na modalidade de Pregão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações, ora assumidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 e no **Edital do Pregão Eletrônico nº 097/2019/HOL**, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O descumprimento, total ou parcial, pela CONTRATADA do disposto no art. 195, §3º, da CF/88 e art. 28, §4º, da Constituição do Estado do Pará, concernente às obrigações quanto à regularidade previdenciária, ensejará rescisão contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente instrumento, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização e sem prejuízo das penalidades pertinentes, nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei nº 8666/1993, se a CONTRATADA:

- I - Deixar de executar o contrato, nos prazos estipulados, ou infringir qualquer disposição contratada;
- II - Tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- III - Recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do Contrato;
- IV - Atrasar, injustificadamente, a execução do contrato;
- V - Cometer faltas ou atrasos injustificados durante a execução do Contrato;
- VI - Promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: Na rescisão do Contrato, o CONTRATANTE aplicará as penalidades previstas na Clausula XI, reservando-se, ainda, o direito de intentar ação judicial para indenização por perdas e danos.

PARÁGRAFO QUINTO: A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA XI - DAS PENALIDADES:

No caso da licitante deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas no certame licitatório ou usar de má fé, ficará sujeita as penalidades abaixo discriminadas, assegurado seu direito ao contraditório e a ampla defesa.

11.1. ADVERTÊNCIA

11.1.2. A Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão e não traga sérios prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão.

11.2 MULTA

11.2.1 De até 1% sobre o valor total da nota de empenho a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

11.2.2 De até 0,1% ao dia, sobre o valor total da nota de empenho, nos casos de atraso injustificado de até 05 (cinco) dias, nos prazos de retirada/aceite da nota de empenho e de prestação de serviço .

11.2.3 De até 0,2% ao dia até o limite máximo de 5%, sobre o valor total da nota de empenho, nos casos de atraso injustificado acima de 05 (cinco) dias até 30 (trinta) dias, nos prazos de retirada/aceite da nota de empenho e de prestação de serviço.

11.2.3.1 Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento parcial da obrigação, punível também com multa de 10% sobre o valor serviço não prestado, da nota de empenho ou do contrato, a juízo



da autoridade superior desta autarquia, considerando a gravidade do descumprimento a as lesões e prejuízos causados a este hospital.

11.2.4 De até 10% sobre o valor da nota de empenho nos casos de:

- I. efetivação parcial do serviço;
- II. não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;

11.2.5 De até 10% sobre o valor do contrato, sem prejuízo das perdas e danos e lucros cessantes sofridos pelo **CONTRATANTE** nos casos de:

- I. deixar de cumprir fielmente as obrigações estabelecidas nas cláusulas do presente contrato;
- II. deixar de responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da presente contratação;
- III. deixar de responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- IV. deixar de manter no curso do contrato, as condições de habilitação, o que será aferido periodicamente pelo **CONTRATANTE**, nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93;
- V. outras hipóteses inexecução parcial.

11.2.6 De até 20% sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das perdas e danos e lucros cessantes sofridos pelo **CONTRATANTE** no caso de recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho.

11.2.7 De até 20% sobre o valor do contrato, sem prejuízo das perdas e danos e lucros cessantes sofridos pelo **CONTRATANTE** nos casos de:

- I. recusa injustificada em iniciar a prestação do serviço;
- II. não substituição do objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;
- III. suspensão da execução do objeto do contrato, quando ainda pendente análise de pedido de revisão de preços.
- IV. outras hipóteses de inexecução total.

11.2.8 As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

11.2.9 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

11.2.10 - A contratada será notificada para recolher a importância devida a título de MULTA no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial realizada pelo CONTRATANTE. Não sendo efetuado o pagamento, a importância devida poderá ser descontada dos créditos devidos à CONTRATADA, decorrentes deste ajuste ou de qualquer outro firmado com esta Casa de Saúde. Inexistindo créditos, poderá ser descontada da garantia contratual e, na insuficiência desta, será objeto de cobrança judicial.

11.3. SUSPENSÃO

Pelo descumprimento culposo das obrigações assumidas no procedimento licitatório e que interfira no seu bom andamento, bem como nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, não justificada e/ou não aceita pela Administração, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Hospital Ophir Loyola, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

- I. Por 6 (seis) meses, nos casos de descumprimento culposo das obrigações assumidas no procedimento licitatório e que interfira no seu bom andamento;
- II. 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial;
- III. 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total.

11.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR

Ficará impedida de licitar e de contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I. Não assinar o contrato ou ata de registro de preços;
- II. Deixar de entregar documentação exigida no edital;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL OPHIR LOYOLA



- III. Apresentar documentação falsa;
- IV. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- V. Não manter a proposta;
- VI. Falhar ou fraudar na execução do objeto;
- VII. Comportar-se de modo inidôneo;
- VIII. Fizer declaração falsa;
- IX. Cometer fraude fiscal.

11.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

11.5.1. No caso de inexecução do objeto que configure ilícito penal, assim como no caso de o licitante fraudar ou agir de má fé durante o procedimento licitatório, será declarada sua inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro: A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração Pública, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Parágrafo Segundo: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA XII - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO AO EDITAL:

O presente Contrato vincula-se ao **Edital do Pregão Eletrônico nº 097/2019/HOL** e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA XIII - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

a) Conforme artigo 67, da Lei nº 8.666/93, a execução dos serviços contratados serão objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do CONTRATANTE, na qualidade de Fiscal do Contrato, com atribuições específicas, especialmente, designado para tal fim e, aceitas pela CONTRATADA.

b) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, a sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

c) Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do CONTRATO e que, legais ou julgadas procedentes, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA XIV - REGISTRO E PUBLICAÇÃO:

O presente contrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado - DOE, sob a forma de extrato, pela CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, nos termos do § 5º, do art. 28, da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA XV - DO FORO:

As partes signatárias elegem, com exclusão de qualquer outro, o Foro da Comarca de Belém-Pará, para a solução de controvérsias ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que sejam produzidos os efeitos legais e jurídicos pretendidos.

Belém/PA, 00 de ----- de 2019.

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

Diretor Geral

Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF Nº 000.000.000-00

CPF Nº 000.000.000-00



ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PERÍODO
1	Veículo automotor, tipo caminhonete pick-up, cabine dupla , nacional ou importado, 0 km, na cor branca ou prata, dotado de 04 (quatro) portas, com trava elétrica, equipado com ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, motor diesel 2.4 ou superior, tração 4x2, ano/modelo 2019/2019, com protetor de caçamba, capota marítima de lona, caçamba com gancho interno e externo. Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	01 Und	12 MESES
2	Veículo automotor, tipo caminhonete leve, cabine dupla 03(três) portas, FLEX, 0 km, potência do motor: mínima de 84 CV (oitenta e quatro cavalos-vapor); combustível: gasolina / etanol; quantidade de portas: 02 (duas) portas; ano/modelo:2019/2019, cor: branca ou prata; combustível: gasolina / etanol; tanque de combustível: capacidade acima de 50 (cinquenta) litros; transmissão: mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; freios: hidráulico com ação nas quatro rodas, com sistema ABS, dianteiro a disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado: original, instalado pela fábrica; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira para a categoria; direção: com assistência elétrica e/ou hidráulica convencional ou progressiva; alarme sonoro antifurto; vidros elétricos com acionamento nas duas portas, compartimento de carga: caçamba com capacidade mínima de 450 kg; Chapa Protetora de Motor; Ar condicionado: original, instalado pela fábrica e Tapetes; Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	01 Und	12 MESES



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL OPHIR LOYOLA



3	Veículo de passeio, categoria sedam, quatro portas, fabricação nacional ou importado, ano/modelo 2019/2019, na cor prata, com ar condicionado de fábrica, motor 1.4, FLEX, direção hidráulica ou elétrica, trava elétrica, vidros elétricos. Revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	04 Unds	12 MESES
4	Veículo ambulância tipo furgoneta, simples remoção, fabricação nacional ou importada, 0 km, air-Bag para os ocupantes da cabine, Freio com (A.B.S.) nas 4 rodas, com suporte e cilindro para oxigênio de 01m ³ , ano/modelo 2019/2019, cor branca, cabine e compartimento do paciente com sistema de ar condicionado original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica, para ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador, com capacidade térmica do compartimento traseiro de no mínimo 15.000 BTUs, direção hidráulica ou elétrica, com sinalizador visual em LED de alta potência e sinalizador acústico com 04 (quatro) tons distintos, sistema elétrico original do veículo, com montagem de bateria de no mínimo 60 Ah do tipo sem manutenção, 12 volts, sistema elétrico dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens especificados do veículo e equipamentos quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores, maca retrátil, em duralumínio; c/ no mín 1.800 mm de compr..Provida de sist. de elevação do tronco do paciente de mín 45 graus e suportar peso mín de 100 kg, motor 1.6 a 1.8, FLEX. revisado e em perfeitas condições de uso e segurança, com documentação em dia junto ao DETRAN e demais órgãos, com película e adesivagem conforme arte fornecida pelo órgão e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Seguro TOTAL para cobertura de colisão, furtos, incêndio, prevendo em especial ressarcimento de danos materiais e pessoais contra terceiros, morte, invalidez dos passageiros e de terceiros, assistência 24 horas, com previsão de guincho e carro reserva.	01 Und	12 MESES